

POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DO OLHAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
leticia.paloma.silva@usp.br

Shirley Silva
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
shirley.feusp@usp.br

INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com deficiência intelectual no contexto das políticas educacionais no Brasil foi o mote de pesquisa que enfocou jovens e adultos com deficiência intelectual, tendo escolhido suas perspectivas dos processos de escolarização como recorte privilegiado para a realização da discussão (SILVA, 2020). As ponderações partiram de entrevistas realizadas com homens e mulheres com deficiência intelectual entre 18 e 30 anos que concluíram o ensino médio em escolas públicas regulares/comuns na cidade de São Paulo.

Considera-se que a escolarização seja “o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados” (FARIA-FILHO; ROSA; INÁCIO, 2002, s/pág.). Compreende-se que a escolarização se traduz em diferentes direções e orientações que (re)produzem paradigmas socioculturais e políticos vigentes em determinada sociedade. Tal processo apresenta ao estudante um papel de participação no conhecimento construído pela humanidade. Embora a escolarização de pessoas com deficiência não tenha fugido ao olhar global sobre o tema e sobre o direito à educação no país, observou-se que estudos na área parecem apartar as políticas educacionais de pessoas com deficiência das discussões sobre direito à educação.

Os depoimentos oferecidos pelos entrevistados permitem uma compreensão acerca de políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. Considerando perspectivas de pertencimento no contexto escolar, a análise foi ao encontro de um entendimento plural da presença dessas pessoas pelos seus olhares, oferecendo destaque às narrativas desses sujeitos que se propuseram a problematizar experiências de suas vidas, questionando e ressignificando conceitos arraigados na

lógica social em prol de sua visão e com a valorização de suas contribuições às discussões acadêmicas nesse âmbito. Desvelou-se, em suas falas, uma maquinaria escolar (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992) que permitiu entrever montagens e aperfeiçoamentos das “peças” constituintes da escola, implicando em barreiras na vida escolar dessas pessoas, de forma que eles não sejam consideradas em suas individualidades, mas sim de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição.

Para a realização da pesquisa, partiu-se da premissa de que a construção de políticas educacionais se beneficia ao ouvir os diretamente afetados por ela, que podem oferecer um olhar crítico e produtivo sobre o que está acontecendo na contemporaneidade e indicar possibilidades para o futuro. Em outras palavras, ao trazer essas perspectivas, aponta-se para instâncias de participação democrática escolar em que se consideram a construção coletiva de aprendizados, a consciência política e atuação no mundo concreto, por meio do envolvimento e participação de todos, reafirmando a cidadania e a garantia de direitos.

DESENVOLVIMENTO

Os temas mais comumente abordados pelos entrevistados foram os eixos da socialização e da escola enquanto instituição transmissora de conhecimentos no tocante ao aprendizado do estudante com deficiência intelectual, configurando-se em pontos-chaves para análise. O lugar de “pessoa com deficiência” que os sujeitos tinham na escola mudava em outros espaços – com a família, amigos, em espaços religiosos, em esportes – cujos saberes eram outros, agindo de acordo com os modos, condições e particularidades de cada espaço, de forma a fazer valer sua existência. No que diz respeito às políticas educacionais com foco em pessoas com deficiência, a pesquisa corroborou a fortuna crítica levantada ao afirmar que houve evolução nos quesitos da legislação e documentação oficial, o que orienta as especificidades da educação de pessoas com deficiência intelectual nas classes comuns, com especial atenção à elaboração de ferramentas e de estratégias facilitadoras do aprendizado.

Observando cenários sobre sala de aula de estudantes com deficiência, apresentados pelos sujeitos nas entrevistas, ponderou-se que conhecimentos especiais e especializados permeiam imaginário e ações de profissionais da educação de pessoas com deficiência. Antes de olharem para a pessoa, olham para

a deficiência e, pensando que o atendimento a elas exige um “saber de especialista”, alegam não saber o que fazer quanto a esses sujeitos. Dessa forma, visualiza-se uma relação que contribui com o encerramento do indivíduo na sua deficiência – a dicotomia desses saberes especiais e especializados em sala de aula por profissionais pode funcionar como um espelho: um dos sujeitos da pesquisa, em determinados momentos, viu ou se referiu a si como a própria deficiência, fazendo uso, inclusive, do “CID-10 F.70”, que a caracteriza. Esse trânsito entre a sua definição enquanto pessoa com deficiência e a própria deficiência em si se apresenta, para a pesquisadora, como fruto das incompreensões que fizeram parte do entendimento histórico de pessoas com deficiência e que sobrevivem nos contextos escolares. O contexto de inclusão-exclusão (VEIGA-NETO, 2007) se apresenta à medida que a presença dessas pessoas na escola seja algo burocrático, sem efetiva mudança não apenas nas práticas, mas nas concepções de profissionais da educação.

Não bastou, pois, que os estudantes tenham dividido um mesmo espaço ou tenham realizado as mesmas atividades para que se sentissem efetivamente pertencentes. Verificou-se, da mesma forma, que a participação ativa da pessoa com deficiência no seu entorno e na vida comunitária reduzem barreiras. Torna-se possível compreender e apontar para novas possibilidades de entendimento sobre viver enquanto pessoa com deficiência na contemporaneidade.

RESULTADOS/ CONCLUSÕES

Ao fim da pesquisa empreendida, identificou-se a competência dos indivíduos com deficiência intelectual para tecer observações e críticas sobre a sua trajetória, trazendo uma perspectiva não apenas memorialística, mas analítica de suas vivências e desafios. Sobre isso, a pesquisa está de acordo com Dhanda (2008), que discorre sobre o conceito de autonomia com apoio e interdependência, ou seja, aquele que é realizado pela pessoa com deficiência com apoio de outrem. Isso não retira a sua autonomia, tão pouco o seu protagonismo.

Embora a legislação e os documentos oficiais não tenham sido foco da pesquisa, também foram importantes na medida em que sinalizaram que planos de atendimento ao estudante com deficiência previstos em lei, com perfil detalhado de ações em prol do desenvolvimento integral dos estudantes, podem ser enriquecidos

com dados advindos da análise feita por eles mesmos acerca de sua aprendizagem, apontando para procedimentos de autoavaliação como ferramenta metodológica também nesse contexto.

A deficiência se apresentou como uma noção cambiante no que diz respeito aos diferentes papéis que uma mesma pessoa pode assumir de acordo com a circunstância na qual está inserida. Essa volatilidade pode ser interpretada como uma negociação da identidade de “pessoa com deficiência” em diferentes situações sociais, econômicas e culturais. Não basta, pois, que elas dividam um mesmo espaço ou realizem as mesmas atividades para que se sintam efetivamente pertencentes. Verificou-se, da mesma forma, que a participação ativa da pessoa com deficiência no seu entorno e na vida comunitária reduzem barreiras.

REFERÊNCIAS

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 42-59, jun. 2008.

FARIA FILHO, L.; ROSA, W.; INÁCIO, M. O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente. **Educação em Foco**, v. 1, n. 2, set./fev. 2002.

SILVA, Letícia P. de F. P. **A melhor escola em que estudei era a que me respeitava**: perspectivas de pessoas com deficiência intelectual acerca de seus processos de escolarização. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. **Teoria e Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n. 6, 1992.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. *In*: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. São Paulo: Autêntica, 2007.